

# O imposto de ACM

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), anunciou ontem que vai apresentar projeto criando um novo imposto para erradicar a pobreza no Brasil e reduzir as desigualdades regionais. Com alíquota progressiva, o imposto seria cobrado via imposto de renda, ou outro mecanismo de captação ainda em estudos, sobre os ganhos do cidadão e das empresas. “Quem ganha mais paga mais”, revelou Antonio Carlos, antecipando sua próxima batalha política. A minuta do projeto prevê que o novo imposto só entrará em vigor se substituir outro, para evitar acúmulo de carga tributária.

“Que cada um pague um pouco do preço pelas desigualdades que causaram com sacrifícios até pessoais”, defendeu Antonio Carlos. “Acho que a sociedade vai preferir pagar esse do que qualquer outro imposto”, previu o senador. Mas quem ganhar pouco não vai contribuir. Um conselho

com a participação da comunidade seria criado para administrar os recursos. “Tive essa idéia durante o meu exílio em Porto Seguro”, revelou Antonio Carlos.

Depois de 17 dias sem conversar com o presidente Fernando Henrique, Antonio Carlos disse que o “jejum” foi quebrado ontem, por iniciativa do presidente, que lhe telefonou para São Paulo. Antonio Carlos fez críticas e elogios à reforma ministerial. “Foi injusto tirar Pio Borges, que vinha fazendo política de desconcentração financeira no BNDES, que ano passado aplicou 79% de recursos no Sudeste e apenas 9,6% no Nordeste”, reclamou. Os elogios foram para as escolhas de Pedro Parente para o Gabinete Civil, e Aloísio Nunes Ferreira para a Justiça. Mas deixou claro que foram escolhas pessoais do chefe do governo. “Se der errado a culpa será dele”, afirmou o senador. Sobre Clóvis Carvalho para o Desenvolvimento, Antonio Carlos disse: “Se o presidente acredita nele, espero que dê certo”.